

ORDEM LÓGICA E DISTRIBUTIVIDADE

Guido Imaguire
UFRJ

Num curto, mas perspicaz artigo intitulado “Deus: Conceito Não-Distributivo de Segunda Ordem?” (Marques 2010) Edgar Marques critica a solução que propôs para o mistério da Trindade em “A Teoria dos Tipos Lógicos e a Trindade” (Imaguire 2003). O antigo mistério consiste na tese de que Deus seria simultaneamente um e três, e a solução proposta pretendia basicamente mostrar que, se assumirmos que *Deus* é um conceito não-distributivo de segunda ordem, a aparente contradição pode ser dissolvida.¹

Deixando de lado toda retórica que poderia aumentar o glamour da questão, afinal, trata-se de um suposto mistério milenar, aponto duas razões que motivam a presente resposta. Em primeiro lugar, vale destacar a diferença de atitude teórica da filosofia e da teologia frente a tal questão. O filósofo deve poder questionar e analisar para além da teologia. Aquilo que o teólogo declara ser um mistério não precisa ser considerado um mistério pelo filósofo. Além disso, um mistério tem como característica essencial o caráter enigmático, mas a pura e simples contradição lógica não é, por si só, misteriosa. Neste sentido, a solução proposta pretenderia apenas oferecer uma explanação sobre como o enunciado da Trindade poderia não ser uma simples contradição. Claro que com isso não se demonstra que o enunciado é verdadeiro, apenas se torna sua formulação logicamente consistente e, assim, digno de ser objeto de reflexão crítica.

1 Dizer que existe (exatamente) um Deus e (exatamente) três Deuses é uma contradição lógica segundo uma interpretação usual das atribuições numéricas. “Existe um Deus” deve ser interpretado como um enunciado do tipo “ $\exists x (Fx \wedge \forall y (Fy \rightarrow y=x))$ ” (onde “F” é o predicado “ser Deus”), enquanto “existem três Deuses” seria “ $\exists x \exists y \exists z (Fx \wedge Fy \wedge Fz \wedge x \neq y \wedge x \neq z \wedge y \neq z \wedge \forall w (Fw \rightarrow w=x \vee w=y \vee w=z))$ ”. A primeira afirma que tudo que for Deus é igual a x, i.e. que não existe um y diferente de x que seja Deus, a segunda que existe (pelo menos) um y, diferente de x, que também é Deus.

É só neste sentido que uso a expressão “solução” para o mistério da Trindade. Em segundo lugar, considero que para além da questão teológica envolvida, o tema também é interessante na medida em que tange importantes questões de caráter puramente lógico que merecem esclarecimentos, em particular a natureza de conceitos de segunda ordem e a noção de predicação não-distributiva.

1. Deus como conceito de segunda ordem

No seu artigo, Marques apresenta duas objeções à proposta de explicar a Trindade a partir da noção de conceito² não-distributivo de segunda ordem. A primeira objeção consiste em apontar para as supostas conseqüências contra-intuitivas derivadas da tese de que “Deus” é um conceito de segunda ordem. Em particular, se “Deus” fosse um conceito de segunda ordem, uma proposição obviamente significativa como “Deus existe” (bem como “Deus não existe”) deixaria de ser significativa. Nas suas palavras:

Se aceitarmos a tese de que “Deus” deve ser interpretado como um conceito de segunda ordem, a primeira conseqüência imediata dessa aceitação consiste na impossibilidade de se afirmar, por meio de uma proposição significativa, que Deus existe, pois, não sendo o conceito Deus atribuível a objetos – mas sim a outros conceitos -, não faz sentido dizer nem que Deus existe nem que não existe. (p. 240)

Na base desta crítica está a concepção ortodoxa Fregeana/Russelliana – com a qual tanto Marques quanto eu, basicamente, concordamos – de que existência consiste ela mesma em uma propriedade de segunda ordem e que um conceito de segunda ordem só pode ser significativamente aplicado a conceitos de primeira ordem, e nunca a objetos. Concordo também que, se essa fosse uma conseqüência imediata da minha solução para o enigma da Trindade, melhor seria deixar sua formulação inconsistente. Explorar a Trindade às custas da impossibilidade

² A distinção entre *conceito* (em qualquer uma de suas definições usuais) e *predicado* (entidade lingüística) não é relevante para os propósitos deste artigo.

lógica de se afirmar a existência (ou inexistência) de Deus, seria como curar uma dor de cabeça com a guilhotina.

Mas a resposta é simples. A suposta consequência não se segue da solução proposta. Esta solução inclui (alias, já no artigo original) a ideia que muitos neo-Fregeanos defendem (entre eles Chateaubriand) que existência é, a rigor, um conceito de segunda ordem *ou superior*. Ou seja, o ponto principal consiste em reconhecer que existência não é uma propriedade de objetos – portanto, não é um conceito de primeira ordem – mas pode ser tanto propriedade de segunda, como de terceira, ou qualquer ordem superior. Podemos dizer que *existência* é um conceito “logicamente transcendente” na medida em que transcende diferentes níveis lógicos. Na teoria de Chateaubriand, p.ex. temos que

Existentiality first appears at level 2, as a property of level 1 properties, and corresponding existentiality properties for higher level properties will appear at every level higher than 2. There is no corresponding property at level 1 because existential quantification is significant only for properties (Chateaubriand 2001: 302)

Não há nada de artificial ou estranho nessa ideia. Quando dizemos “vermelho é uma cor”, atribuímos o conceito de segunda ordem *ser uma cor* ao conceito de primeira ordem *vermelho*.³ Não temos nesta proposição um objeto (como teríamos o objeto *este tomate* em “este tomate é vermelho”); temos um conceito de primeira ordem (*vermelho*) que cai sob um conceito de segunda ordem (*ser uma cor*). A existência, por sua vez, pode ser atribuída tanto ao vermelho (“existem coisas vermelhas”, ou, dito numa linguagem mais Fregeana, “o conceito vermelho não é vazio”), como a conceitos de segunda ordem (p.ex. “existem cores mais bonitas que o vermelho”). No primeiro caso, existência ocorre como um conceito de segunda ordem que

3 Existe, claro, uma dificuldade conhecida desde Frege (1892) em se falar de um conceito sem transformá-lo num objeto. A rigor, não *vermelho*, mas *ser vermelho* seria um conceito de primeira ordem. Quando dizemos “o vermelho é uma cor”, usando o artigo definido “o”, parece que transformamos o vermelho num objeto. Isso, no entanto, não interfere em nada na distinção entre os diferentes níveis de conceitos. Qualquer conceito, de qualquer ordem, pode ser sujeito de uma proposição e, assim, ser considerado um “objeto especial” (no sentido Fregeano).

caracteriza o conceito de primeira ordem *vermelho* (dizendo que este não é vazio). No segundo caso, existência ocorre como conceito de terceira ordem, expressando que pelo menos alguma outra *cor* (conceito de segunda ordem) é mais bonita que o vermelho, p.ex. o azul.

Uma boa linguagem lógica deve ser rica o suficiente para poder dizer, não apenas que objetos de um domínio satisfazem (ou não) uma determinada condição, mas também que “existem” conceitos de primeira ordem ou de segunda (ou qualquer outra ordem) que satisfazem tal ou tal condição. Esse aspecto, aliás, já foi ressaltado no artigo original, onde destaco que “existência é uma propriedade que se pode impelir para cima na hierarquia lógica: “Um conceito da ordem n tem existência quando (no caso de $n = 1$) nenhum objeto cai sob ele ou (no caso de $n > 1$) quando nenhum conceito da ordem $n-1$ cai sob ele.” (p. 46). Em suma, na minha proposta “Deus existe” é uma fórmula bem formada (e *existência* aqui é de terceira ordem).

Uma última observação se faz necessária sobre este tópico. No final do seu artigo, Marques volta ao problema da ordem lógica do conceito *Deus* e apresenta mais uma motivação para não se aceitar que *Deus* seja um conceito de segunda ordem. Ou, mais exatamente, ele objeta que eu não forneci nenhuma razão convincente para abandonar a interpretação natural de que *Deus* seria um conceito de primeira ordem. De fato, eu não apresentei uma motivação adicional. Na verdade, considere a própria solução para o mistério uma razão “a posteriori” suficientemente boa para se aceitar que *Deus* seja de segunda ordem. Mas é claro que mais do que isso pode ser oferecido.

Marques explica de modo correto, mas não suficientemente preciso, que propriedades de segunda ordem servem para classificar conceitos de primeira ordem a partir de

... traços ou marcas presentes nos próprios conceitos de primeira ordem, e não nos objetos que, por sua vez, caem sob esses conceitos. Conceitos de segunda ordem são critérios de classificação de conceitos de primeira ordem, e não de objetos. (p.242)

De fato, conceitos de segunda ordem são predicáveis de conceitos de primeira ordem. Mas isso não significa que os conceitos de segunda ordem sejam “cegos” ou “insensíveis” em relação ao domínio de objetos. Como ele mesmo destaca, existência é um conceito de segunda ordem que serve para caracterizar conceitos de primeira ordem, separando os que têm extensão vazia dos que tem extensão não-vazia. Ora, mas isso é justamente afirmar que “há” objetos que caem

sob o conceito de 1ª ordem ou não. Ou seja, neste caso, essa classificação de segunda ordem se dá a partir da relação entre conceitos de primeira ordem e os objetos que sob eles caem.

Na verdade, seria mais adequado distinguir dois tipos de conceitos de segunda ordem: (i) os que caracterizam conceitos de primeira ordem pura e simplesmente, ou seja, independente de sua relação com objetos, e (ii) os que caracterizam conceitos de primeira ordem em sua relação com objetos. Ao primeiro tipo pertenceriam os conceitos *ser uma cor* (o conceito vermelho cai sob esse conceito, independente de quaisquer objetos serem vermelhos ou não), *ser uma virtude* (a sabedoria seria um conceito de primeira ordem que cai sob esse conceito, independente de quaisquer pessoas serem sábias ou não), etc. Ao segundo tipo pertenceriam conceitos como: *ser raro* (poucos objetos caem sob o conceito), *ser numeroso* (vários objetos caem sob o conceito), e, aliás, o próprio conceito em disputa, *existir* (algum objeto cai sob o conceito). Assim, quando dizemos que há (ou não há) virtude maior que a sabedoria, estamos atribuindo existência a um conceito de segunda ordem de modo insensível a objetos – para essa afirmação, não importa se existem pessoas virtuosas ou não.

É importante observar, além disso, que ocorre na hierarquia lógica o mesmo que ocorre em algumas sociedades: existe uma mobilidade vertical. Alguns conceitos oriundos de um nível, podem ser “promovidos” para um outro nível. Um exemplo: como vimos, virtude é um conceito de segunda ordem: objetos não são virtudes, propriedades de objetos (como sabedoria, honestidade, etc.) são virtudes. Porém, *ser virtuoso* é um conceito derivado do conceito *virtude*, mas que não está na segunda mas sim na primeira ordem. Pode-se dizer significativamente que o objeto Sócrates é virtuoso (embora não se possa dizer que ele seja uma virtude). Embutimos assim uma noção de segunda ordem num conceito de primeira ordem que, como de costume, admite objetos do nível zero para saturação. O interessante é que aqui a predicação do objeto só é verdadeira em virtude do objeto cair sob vários conceitos de primeira ordem (um objeto só é virtuoso se tiver várias virtudes), ou seja, um objeto é caracterizado em sua relação com um conjunto de conceitos de primeira ordem.

Na minha concepção, com o conceito Deus ocorre algo semelhante. Ao assumir que Deus é um conceito de segunda ordem, não precisamos perder a intuição natural, à qual Marques apela, de que devemos poder caracterizar entidades de nível zero como divinas ou não. E eis que o conceito adequado surgiu naturalmente para expressar o que Marques pretendia:

“divino”. E, de fato, esse conceito é muito mais adequado: dizemos que “*x* é divino” ou “*x* é uma divindade”. Aqui temos claramente uma caracterização de primeira ordem de uma entidade, i.e. a afirmação de que um objeto cai sob um conceito. A formulação que evito, que concebe Deus como conceito de primeira ordem, é, insisto, pior: “*x* é Deus” não tem nem mesmo na superfície gramatical a forma de uma predicação de primeira ordem. Parece antes uma afirmação de identidade: “*x* é Deus” é igual a “Deus é *x*”. E assim, se levarmos essa sentença na sua forma gramatical superficial a sério, considerando-a sua verdadeira forma lógica, “Deus” (sem artigo definido) seria um termo singular – o que Marques certamente também não aceitaria.

2. Não-distributividade

A segunda objeção de Marques contra a solução proposta diz respeito à noção de não-distributividade. Predicados são normalmente distributivos: se digo que “Huguinho, Zezinho e Luizinho são espertos”, devo concluir que cada um deles é esperto. A noção de não-distributividade foi apresentada por Russell e tem como cerne lógico a ideia de que, em algumas situações, queremos atribuir um predicado a uma coleção de entidades, ou, mais exatamente, à coletividade dessas entidades, sem atribuir a cada uma das entidades em particular. Por exemplo, posso dizer que “Huguinho, Zezinho e Luizinho conseguem (juntos!) carregar o piano” sem que isso implique que “Huguinho consegue carregar o piano”, “Zezinho consegue carregar o piano” e “Luizinho consegue carregar o piano” (tomados isoladamente). Usando o belo exemplo de Marques: “podemos dizer que Batman e Robin quando tomados em conjunto constituem uma dupla, mas seria equivocado afirmar que Batman e Robin tomados isoladamente sejam cada um uma dupla”.

Na solução ao enigma da Trindade, foi proposto que “Deus” é um predicado não-distributivo, ou seja, que devemos atribuir o conceito *Deus* à tríade Pai+Filho+Espírito-Santo sem que isso implique que cada um deles individualmente é Deus. Concordo que essa tese pode parecer à primeira vista contrária à doutrina cristã: é como se disséssemos que os três juntos “conseguem” ser Deus, mas não isoladamente (assim como nossos três amiguinhos não conseguem carregar o piano isoladamente). Admito também que o artigo original não apresentou

argumento para tornar essa ideia mais plausível, além do efeito desejado de dissolver a aparente contraditoriedade da trindade. *Mea culpa, mea máxima culpa*. Mas a penitência que sobre mim recai é pequena. Dois contos de um terço bastariam.

Primeiro, uma questão mais genérica. Para Marques, a atribuição da distributividade ao conceito *Deus* não traz uma solução ao problema da trindade, mas sim uma “simples recusa do problema nos termos em que ele deve obrigatoriamente ser formulado” (p.241). Segundo ele, o dogma da Trindade afirmaria que “Deus está integralmente presente em cada uma das pessoas, sendo Deus, portanto, tanto a reunião das pessoas quanto cada uma das pessoas tomadas em separado” (p.241).

Na minha opinião, se isso for realmente o caso, temos um enigma adicional: não só é cada uma das três pessoas Deus, como também a reunião delas, a qual, sendo diferente de cada uma em particular, nos dá um total de 4 deuses. Além disso, se o problema da Trindade é “forçosamente” formulado nos termos sugeridos, então não temos um enigma ou mistério, mas uma simples contradição: Deus é um, Deus é três (e quatro também) e ponto final. E, novamente, não há nada de misterioso numa simples e direta contradição. O círculo quadrado de Meinong não é misterioso, é simplesmente contraditório. Verdadeiros mistérios não consistem de simples contradições, mas de fenômenos complexos que contém elementos que aparentemente se excluem mutuamente e que escapam a um tratamento óbvio e superficial, exigindo um esforço maior de inteligência. Se a vida for realmente um mistério, ela o é não porque é contraditória, mas porque é um fenômeno que recusa a explanação em termos simplórios. Colocar um problema forçosamente em termos que impeçam uma solução é inverter a ordem lógica razoável do tratamento de qualquer questão filosófica.⁴

De fato, há algo de correto na ideia de que uma propriedade pode “estar integralmente” em várias entidades diferentes. (E aqui nem mais importa se “Deus” é de 1ª ou 2ª ordem) Essa ideia é, aliás, um dos pilares da ontologia Aristotélica. Dizemos p.ex. que se a camisa é (toda)

4 Uma maneira interessante de se pensar os enigmas filosóficos foi proposta p.ex. por Nozick (1981, p. 9). Segundo ele, muitos problemas filosóficos têm a forma: “como um certo X é possível, apesar de certas coisas Y (que aparentemente excluem a possibilidade de X)?”, p.ex.: “como a liberdade é possível, se aparentemente tudo é causalmente determinado?”, ou “como é possível o mal, tendo em vista a existência de um Deus bom e onipotente?”.

vermelha, o vermelho está integralmente presente tanto na gola, como na manga e no corpo da camisa. Não é “uma parte” do vermelho que está na gola e “outra parte” do vermelho que está na manga. Propriedades, em geral, não são fracionáveis no sentido como um bolo é fracionável em fatias. Mas repare que mesmo que a manga, a gola e o corpo da camisa sejam integralmente vermelhos, não concluímos que há três vermelhos ali. Se não fracionamos propriedades distributíveis, tanto menos propriedades não-distributíveis. De “Batman e Robin são bem entrosados” não se pode concluir que “Batman é bem entrosado” e “Robin é bem entrosado” muito menos que há dois bons entrosamentos ali.

Como tornar a ideia de que “Deus” é um predicado não-distributivo plausível? Retornemos aos nossos amiguinhos Huguinho, Zezinho e Luizinho. Já notamos que, embora nenhum deles pudesse carregar o piano sozinho, juntos eles podiam. A noção de *poder* ou *possibilidade* no nosso exemplo, obviamente, não é metafísica ou lógica, mas somente fisiológica. Malhando um pouco mais, quem sabe, Huguinho conseguiu. Mas enquanto isso não ocorre, “conseguir carregar o piano” continua sendo não-distributivo. Só há uma entidade capaz de carregar o piano – a tripla junta.

No caso de Deus, algo ainda mais forte ocorre. Faz parte tanto da dogmática cristã como da metafísica tradicional a tese de que as propriedades de Deus são todas essenciais. Deus é um ser essencial em todas as suas partes e propriedades, ou seja, Ele não poderia ser minimamente diferente do que ele é. Deus não poderia malhar para ficar um pouco mais forte e conseguir fazer coisas que Ele, atualmente, não consegue. Não porque o preço das academias está um horror, mas porque Ele já é atualmente onipotente (e não somente “em potência” onipotente) e porque Ele não pode mudar em absolutamente nenhum aspecto. Ele mudar minimamente implicaria Ele deixar de ser Deus, o ser sobre o qual nada maior é possível.

Quando alguém diz – ao meu ver, erroneamente – que cada um dos componentes divinos é, isoladamente, Deus, ele sugere que cada pessoa constituinte poderia ser isoladamente, por si só, Deus. Dizer que a propriedade de ser divino “está integralmente” em cada parte é verdadeiro, mas isso não é o mesmo que dizer que cada parte é isoladamente um Deus, o que é falso.

Vimos que o vermelho da camisa está integralmente presente em cada parte, mas não é, apesar disso, fracionável. E é justamente essa integralidade e não-fraccionalidade que também pretendo atribuir ao predicado não-distributivo “ser Deus” na minha solução. Atribuir o conceito

Deus a *a*, ou a *b*, ou a *c* isoladamente (distributivamente), significaria dizer que *a* poderia ser Deus somente em virtude de si mesmo separado de *b* e *c*, ou seja, mesmo que Ele não fosse intrinsecamente ligado a *b* e a *c*. Ora, mas como vimos, todas as determinações de Deus são necessárias e essenciais, e isso vale também para suas propriedades relacionais. Se *a* não fosse intrínseca e essencialmente ligado a *b*, *a* nem poderia ser o que é, e assim, não poderia ser Deus (claro, nem *b* seria o que é, e o mesmo vale para *c*). Seria como se Batman fosse entrosado por si só, sem Robin – mas com uma diferença fundamental: que Batman e Robin são extrinsecamente ligados e acidentalmente entrosados, enquanto os constituintes da Trindade são intrínseca e essencialmente ligados (e divinos). Se Deus perdesse apenas uma das suas determinações, como a de ser uma tríade, Ele deixaria de ser o que é essencialmente, Ser máximo, e assim, deixaria de ser Deus.

3. Conclusão e conciliação

A solução proposta contém, assim, dois ingredientes básicos: primeiro, que o conceito de *Deus* seja um conceito de segunda ordem, e, segundo, que esse conceito seja não-distributivo. Os dois ingredientes, todavia, não são igualmente fundamentais. O segundo – a não-distributividade – é mais fundamental. Ou seja, pode-se fazer uma concessão a Marques e aceitar uma reformulação da minha solução com um enfraquecimento da tese de que Deus seja um conceito de segunda ordem. Concretamente:

Deus não precisaria ser tomado *exclusivamente* como conceito de 2ª ordem. Poderíamos admitir que *Deus* seja, semelhante ao conceito de existência, um conceito que transcende diferentes ordens lógicas, mas com a única diferença de que *existência* seria um conceito de 2ª ordem ou superior, enquanto *Deus* seria um conceito de 1ª ordem ou superior. Assim *Deus* poderia ser atribuído diretamente a um objeto como Jesus. Isso traria uma vantagem adicional (não presente na proposta original): poderíamos aceitar, que “Pai [isoladamente] é Deus”, “Jesus [isoladamente] é Deus” e “O Espírito Santo [isoladamente] é Deus” são sintaticamente bem-formados, bem como “Deus existe” (sendo “existência” aqui de segunda ordem, como quer Marques) e não meros *façon de parler* como propus originalmente. Claro, isso não significa que essas sentenças seriam verdadeiras. E eu, pelo motivo da não-fracionalidade essencial de Deus, continuaria a insistir que elas são falsas.

RESUMO

Neste artigo defendo a tese de que “Deus” é um conceito não distributivo de segunda ordem. Mais precisamente: respondo às críticas que E. Marques levanta contra tal tese. Essa resposta consiste basicamente no esclarecimento das noções de ordem lógica e não distributividade. Quanto à primeira noção defenderei que existência não deixa de ser predicável a Deus, desde que se aceite que existência é um conceito de qualquer ordem igual ou superior a dois. Quanto à segunda noção, defenderei que propriedades não distributivas não são fracionáveis.

Palavras-chave: conceitos de ordem superior, existência, distributividade predicativa, Deus.

ABSTRACT

In this paper I defend the thesis that “God” is a non-distributive second order concept. More exactly, I answer to some objections proposed by E. Marques against this thesis. My answer consists basically in some clarifications of the notions of logical order and non-distributivity. Concerning the first notion, I will argue that existence can be attributed to God as far as we accept that existence is a concept of any order equal or higher than two. Concerning the later notion, I will argue that non-distributive properties cannot be split.

Key-words: higher order concepts, existence, predicative distributivity, God.

Referências

CHATEAUBRIAND, O. (2001) *Logical Forms*. CLE, Campinas.

IMAGUIRE, G. (2003) “A Teoria dos Tipos Lógicos e a Trindade”. Em *O Deus dos Filósofos Modernos*, Oliveira, M. e Almeida, C. (Eds.). Vozes, Petrópolis.

FREGE, G. (1982) “Sobre o Conceito e o Objeto”. Em *Lógica e Filosofia da Linguagem*. Tradução de Paulo Alcoforado, Edusp, São Paulo, 2009.

MARQUES, E. (2010) “Deus: Conceito Não-Distributivo de Segunda Ordem”, *Dissertatio*, [32], Pelotas, p. 237-242.

NOZICK, R. (1981) *Philosophical Explanations*. Oxford: Clarendon Press.